



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre denúncias de tentativas de ingerência sobre o Banco do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias recentes dão conta de sinais preocupantes que produzem incertezas e inseguranças sobre a administração do **Banco do Brasil S.A.**, uma das instituições financeiras mais importantes do país, patrimônio público, e símbolo da democratização da bancarização do país.

O então presidente do banco, **André Brandão**, apresentou dia **18.03.2021** seu pedido de exoneração. A imprensa atribuiu a saída a reações do Presidente ao projeto em curso de reestruturação do Banco, que pretendia efetivar a redução de agências e demissão de 5.500 funcionários. Antes de ser demitido, Brandão se demitiu, sendo substituído por **Fausto Ribeiro**, indicação duramente criticada por nota dos conselheiros independentes consignada na ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em **31.03.2021**, onde se lê que:

“observa-se que o ora indicado, sem qualquer demérito ao profissional e à sua carreira de 33 anos no BB, não percorreu ainda todas as etapas



de funções gerenciais, o que não significa dizer que, ao vir a fazê-lo, não poderia se colocar em nível de prontidão para assunção de novos desafios futuros.”

A nota foi consignada pelos conselheiros independentes **Hélio Lima Magalhães, José Guimarães Monforte, Luiz Serafim Spinola Santos e Paulo Roberto Evangelista de Lima.**

Posteriormente dois dos conselheiros independentes supracitados, **Hélio Lima Magalhães e José Guimarães Monforte**, também solicitaram sua desvinculação da empresa, reiterando protesto diante das decisões de gestão do Banco. Reportagem do portal G1 de título “**Hélio Magalhães e José Monforte deixam conselho de administração do BB**”, publicada no dia **01.04.2021**, menciona texto de carta de renúncia da lavra de. **Hélio Lima Magalhães**, na qual se lê:

"No caso do Banco do Brasil, me refiro às tentativas de desrespeito à governança corporativa, ainda que frustradas pela atuação diligente deste conselho e pela higidez dos mecanismos de governança da companhia. Como exemplo, cito as interferências externas na execução do plano de eficiência da companhia aprovado por este Conselho e obviamente necessário para adequá-la aos novos tempos e desafios do setor. Ato contínuo, renovo meu protesto ao rito de escolha do novo presidente do banco, o qual simplesmente não considera o desejável crivo deste conselho, vez que baseado em legislação anacrônica e contrária às melhores práticas de governança em nível global."

Em decorrência dessas sucessivas turbulências, que prejudicam a confiabilidade da empresa e afetam seu valor de mercado e sua governança, é necessário reestabelecer a tranquilidade do setor municiando a opinião pública com informações sobre quais seriam tais “**tentativas de desrespeito à**

governança corporativa” que tiveram efeito no âmbito do **Banco do Brasil S.A.** Igualmente, é preciso esclarecer o contexto nebuloso da indicação de nome desqualificado por seus pares para o exercício da função de chefia de uma das empresas públicas mais importantes do país.

Por esse motivo, apresento requerimento de convite para audiência pública junto à **Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE)** aos senhores **Hélio Lima Magalhães** e **José Guimarães Monforte**, conselheiros independentes demissionários, **André Brandão**, presidente demissionário, e do Sr. **Paulo Nunes Guedes**, Ministro da Economia, de modo a permitir que se esclareça o ocorrido.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2021.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)

